

LEI Nº 877

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR FINANCIAMENTO PARA UNIDADES HABITACIONAIS PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar financiamento para construção de casas populares, para famílias de baixa renda, em áreas urbana, suburbana e rural, com recursos captados através de empréstimo/financiamentos junto a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina-COHAB/SC, ou em qualquer outro órgão Estadual e Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor do financiamento será de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º - O município financiará lotes urbanizados e a construção de casas em alvenaria normal ou Kits pré-moldados, os quais serão dados em hipoteca ao Município como garantia real do financiamento, pelo prazo em vigor o respectivo contrato.

Art. 3º - As prestações dos imóveis financiados , conterão o valor do financiamento com base na “ Tabela Price” seguro habitacional, por danos físicos, morte e invalidez permanente, com juros de 3% (três por cento) ao ano e 3% (três por cento) destinado ao Fundo de Habitação do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso da habitação rural, as prestações poderão ser mensais, trimestrais ou semestrais e poderão ainda, ser pagas com produtos de safra, de escolha entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O seguro habitacional, por danos físicos, morte e invalidez permanente, deverão ser pagos mensalmente, havendo opção pelo pagamento das prestações por trimestre ou semestre.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O Chefe do Poder Executivo, será o responsável direto pela cobrança, ou quitação das mesmas assim não efetuando o mesmo será responsabilizados.

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal, fica autorizado para execução dos ditames desta lei, a fazer convênio ou contrato, com órgãos ou entidades, para operar o sistema do gestor Hipotecário que se formará, no que se refere ao controle de cobrança de prestações, seguro, taxas e emissão de carnês e planilhas de saldos de financiamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Antes de qualquer liberação, ou designação de Aprovação de mutuário pelo Conselho do fundo Municipal de Habitação, os nomes dos mesmos serão submetidos ao legislativo, para análise e aprovação dos mesmos.

Art. 5º - o Poder Executivo Municipal, fica autorizado ainda a dar em garantia dos contratos que firmar, as quotas do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 02 de julho de 2002.

Ailton Laudelino Andrade
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº _____ / 200__

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
DO MUNICÍPIO DE ANGELINA

AILTON LAUDELINO ANDRADE, Prefeito Municipal de Angelina, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANGELINA, com o objetivo de propiciar apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades destinados à redução do déficit habitacional do município e proporcionar melhorar condições de vida às populações carentes.

Art. 2º - Os recursos do Fundo, em consonância com as diretrizes da política Municipal de habitação serão aplicados em:

- I – Construção de Conjuntos Habitacionais;
- II – Construção e recuperação de habitações isoladas;
- III – Implantação de lotes urbanizados;
- IV – Instalação de equipamentos comunitários;
- V – Implantação de infra estrutura em conjuntos habitacionais;
- VI – Urbanização e regularização de favelas

Art. 3º - Constituem recursos do Fundo:

- I – as dotações constantes do Orçamento do Município;
- II – as contribuições, subvenções e auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III – recursos provenientes de empréstimos internos e externos;
- IV – remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V – o valor total das prestações recebidas dos mutuários, provenientes das aplicações do Fundo em financiamento de Programas Habitacionais;
- VI – doações, legados e contribuições;
- V – outros recursos de quaisquer origem que lhe forem transferidos.

Art. 4º - O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, será administrado por um Conselho Deliberativo, composto pelo Prefeito municipal e mais membros nomeados de acordo com o que dispuser o regulamento deste Fundo.

Parágrafo 1º - A aplicação de recursos financeiros do Fundo depende da autorização do Conselho Deliberativo do Fundo, podendo delegá-la ao Coordenador do Fundo na forma prevista em regulamento próprio.

Parágrafo 2º - Poderá a Administração do Fundo, firmar convênio ou qualquer outro instrumento de divisão de encargos, com empresas estabelecidas no município, visando a construção de moradias populares aos seus operários de baixa renda e mais carentes, em terreno próprio ou outro preferencialmente nas proximidades do local de trabalho, com prévia autorização legislativa.

Parágrafo 3º - Toda e qualquer habitação ou benfeitoria particular construída com recursos do Fundo, ficará onerada com a Cláusula de Inalienabilidade pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, devendo a Administração do Fundo, participar como anuente ou interveniente em qualquer transação futura, visando preservar os objetivos do Fundo e impedir a comercialização, locação e sub-locação desses imóveis, com objetivo de lucro.

Parágrafo 4º - Nenhum cidadão poderá beneficiar-se com recursos do Fundo, por mais de uma vez, a não ser para melhorias e expansão do módulo inicial a critério do Conselho Deliberativo do Fundo.

Parágrafo 5º - O beneficiário firmará compromisso, sob presunção de verdade, de que não é proprietário urbano ou rural de qualquer imóvel, a não ser do terreno onde será edificada a casa que destinará à própria moradia e de sua família, a qual não poderá alienar, nem locar sem anuência da administração do Fundo.

Parágrafo 6º - Qualquer cidadão será parte legítima para denunciar benefício indevido do Fundo, destinado à pessoa, que não se enquadre nas normas de sua concessão ou desvio de finalidade de imóvel edificado com recursos desta lei.

Parágrafo 7º - A Administração do Fundo fará publicar, para conhecimento geral, os nomes dos inscritos a qualquer benefício oriundo desta Lei, para impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

Art 5º - O Fundo deve atender às disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e pelas Leis Estaduais aplicáveis, bem assim nas normas baixadas pelo órgão central do Sistema Municipal de Administração Financeira e pelo Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina.

Art 6º - As despesas para a execução desta Lei, correrão por conta da dotação orçamentária 060116482111.011 – 44.90.51.00.00

Art 7º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará por Decreto a presente Lei.

Art 8º - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 23 de maio de 2002.

AILTON LAUDELINO ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL